CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (15/12)

Poderes seguem incertos sobre adequação da folha

GASTOS COM PESSOAL Decisão do Supremo obriga a inclusão de pensionistas e imposto de renda nos cálculos; Executivo e Legislativo aguardam resposta do STF sobre pedido de extensão de prazo

Mais de três meses depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga a inclusão de pensionistas e imposto de renda no cálculo de gastos com pessoal em Goiás, poderes e órgãos do Estado ainda não bateram o martelo sobre como será o fechamento das contas este ano e o planejamento para adequar aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É que o acórdão da decisão ainda não foi publicado, o que, segundo o Legislativo e o Executivo, impede o protocolo de recursos que tentarão derrubá-la ou ao menos modular a aplicação. A ata de julgamento, porém, já foi publicada no dia 1º de outubro, e a liminar passou a vigorar a partir disso, segundo informação do Supremo ao POPULAR.

O STF expediu ofício à Assembleia comunicando da decisão no último dia 9, mas a Casa disse ainda não ter recebido. A partir da notificação, a Procuradoria da Assembleia informou que vai fazer análise sobre a aplicação. O presidente Lissauer Vieira, no entanto, sinaliza que pode deixar a contabilidade determinada pelo Supremo apenas para o próximo quadrimestre.

Há também decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que estabelece que, a partir de outubro, os balanços têm de levar em conta a nova forma de cálculo (incluindo pensionistas e imposto de renda).

A decisão do Supremo, do dia 11 de setembro, suspendeu liminarmente trechos das emendas constitucionais 44 e 45 de Goiás, que criaram em 2017 o novo regime fiscal (a então chamada PEC do Teto de Gastos) e excluíram as despesas com pessoal para maquiar as contas e não sofrer as sanções impostas pela LRF.

A lei estabelece limites máximos de despesas com funcionalismo em relação à receita corrente líquida: 48,6% para o Executivo; 6% para o Judiciário; 2% para o Ministério Público e 1,5% para o Legislativo. Se ultrapassarem este teto, os poderes e órgãos têm prazo de dois quadrimestres para promover adequações.

Há também os chamados limites prudenciais, que representam 95% do teto e servem de alerta para não chegar ao máximo. Caso ultrapasse o limite prudencial, o Poder Público tem de adotar medidas impostas pela LRF para controlar os gastos, como proibição de conceder aumento, reajuste e benefícios, de criar cargos ou alterar a estrutura de carreira, de pagar horas extras e de contratar pessoal, a não ser em caso de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

prazo

Sem a contagem de pensionistas e IR, o Estado vinha aparecendo bem nos balanços apresentados ao Tesouro Nacional, pois ficava dentro dos limites estabelecidos pela LRF. Agora, será necessário cortar pelo menos R$ 1,5 bilhão, levando em conta os balanços do segundo quadrimestre de 2019.

Ainda em setembro, representantes dos três Poderes de Goiás tiveram audiência no Supremo para pedir autorização de prazo maior do que os dois quadrimestres para a adequação. A sugestão era que fosse ampliado para quatro ou cinco anos.

Não houve até agora uma resposta sobre isso, mas a aposta nos bastidores é que o ministro Alexandre de Morais (relator do processo) tenha segurado a publicação do acórdão até que haja um acerto sobre essa modulação. A assessoria do Supremo não respondeu se há uma previsão para a publicação.

"O ministro Alexandre de Morais foi muito solícito, aberto e se mostrou sensibilizado com a situação. Até porque há o mesmo problema em outros Estados. Entendemos que temos de aguardar essa publicação e a discussão de maior prazo no Supremo", afirma Lissauer. Segundo ele, a tendência é de não incluir as rubricas no último quadrimestre. "Dessa forma, ganhamos pelo menos mais quatro meses", diz, em referência ao prazo de oito meses para adequação.

A procuradora-geral do Estado, Juliana Pereira Diniz Prudente, diz considerar que a liminar já tem efeito a partir da publicação da ata de julgamento, mas que realmente só começa a correr o prazo para embargar a partir do acórdão.

Ela afirma que a tendência é que o Executivo já inclua pensionistas e IR no balanço deste último trimestre, mas que espera uma resposta sobre o pedido de modulação para que não tenha de cumprir a LRF em oito meses. "Neste curto espaço de tempo, dificilmente vamos conseguir (cumprir a LRF)", afirma a procuradora.

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, diz que é "impossível" adequar aos limites em dois quadrimestres. "Esperamos o entendimento do Tribunal de Contas do Estado e do Supremo porque é certo que não vou cumprir. É impossível", diz.

A ação direta de inconstitucionalidade (ADI 6129) que questionou as emendas de Goiás foi de autoria da Procuradoria-Geral da República (PGR), que alegou que o Estado não pode editar normas gerais de direito financeiro, além de definir limites para despesas com pessoal, gastos com saúde e educação. A suspensão vale até que a Corte examine o mérito da ação em julgamento.

O POPULAR (15/12)

O conflito de empresários com o Governo - CILEIDE ALVES

Embales entre governo e empresários pelos incen tivos fiscais já fazem parle do calendário político anual de Goiás. Ocorrem sempre no fim do ano. Em dezembro de 2015, a então secreiária da Fazenda Ana Carla Abrão propôs e a Assembléia aprovou a criação do Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual (Funefle). Pre tendia cobrar 10% sobre os incentivos recebidos pelas empresas por 36 meses.
O governador Marconi Perillo cedeu em março de 2016, depois de grande chiadeira dos empresários. Ele extinguiu o Funefle e o substituiu pelo aumento de 5% para 14 % da alíquota do Fundo Protege, que lem base de cálculo inferior ao Funefle. Em dezembro de 2016, o governo voltou ao alaque. Enviou à Assembléia projeto para criar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), com alíquota de 15% sobre o valor do benefício usufruído. A pressão do setor novamen te deu resultados. Marconi desistiu do FEF e apenas prorrogou o Protege.

Em 2017, já com Ana Carla Abrão fora do governo (ela saiu em janeiro), o Tribunal de Contas do Estado assumiu o protagonismo nesse debate. Determinou corte de 12,5% na renúncia fiscal. A pressão do setor conseguiu reduzir essa tesourada para 9%.

Em 2018, en Lrou um novo ator nessa história, o então governador eleito Ronaldo Caiado. Ele liderouuma negociação para retomar a alíquota do Fundo Protege para 15% até abril de 2020. Conseguiu. Agora em 2019 Caiado quer nova prorrogação da alíquota do mesmo Protege até 2021 e ainda a substituição dos programas Fomentar e Produzir pelo ProGoiás.

Percebe se por esse breve histórico uma certa vulnerabilidade do programa, do con Lrário, como explicar que ele enira na mira de liro do governo ano sim e outro também? A novidade agora é a mudança do governo das mãos de Marconi para as de Caiado, o tucano era mais sensível aos empresários, haja vista que recuou todas as vezes.

Caiado não demonstra a mesma flexibilidade. Ele deu apoio político à criação e às investigações da CPI dos Incentivos Fiscais, que Lensionou a relação da Assembléia e do governo com os empresários. Eles se sen tem constrangidos nos depoimentos. Ficam incomodados com os elementos novos que os deputados adicionam à narrativa do programa de incentivos.

Até agora predominou a história de que essa política pública alavancou Goiás de uma economia meramen te agrícola para a era da agroindúsLria e do PI B goiano em vertiginosa expansão. A CPI adicionou a essa narraLiva suspeitas de excesso de benefícios direcionados a alguns CNPJse de crédi tos acumulados que enriqueceram alguns segmentos sem o retomo devido ao Estado.

Essa guinada no relacionamento entre as partes explica o inusi Lado protesto organizado pelos empresários na quarta-feira (11), em frente à Assembléia, em defesa dos incentivos fiscais e o discurso mais agressivo de suas lideranças, ü presidente da Federação das IndúsLriasdo Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, foi o mais belicoso, com ataques diretos ao governador.

Mabel reclamou da falta de diálogo deste governo, diferentemente do que ocorria no passado. Acusou "o governador e os deputados que o acompanham" de promover a "desindustrializaçãode Goiás e um desemprego sem precedentes". E ironizou: "(...) Dizem que bandido muda de emprego ou muda de Estado. Aqui é ou você muda seus filhos de Estado ou eles não vão ter emprego, disse em referência ao slogan da segurança pública criado pelo governador.

O perfil pessoal de Caiado é mais de enfren lamento que de conciliação. Acrescente-se a isso a pressão para organizar as con Las do governo e ainda conseguir recursos para as políticas públicas que prometeu na campanha elei Loral. Eor fim, adiciona se a belicosidade dos discursos de líderes empresariais, por seus pleitos não atendidos, e lem se um novo cenário polí tico em Goiás. Com um efeito colateral à vista: os empresários assumem o protagonismo da oposição ao governo, papel que os líderes oposicionistas não conseguiram desempenhar.

Jornalista

Tem-se um novo cenário político em Goiás: empresários assumem o protagonismo da oposição ao governo, papel que os líderes oposicionistas não conseguiram desempenhar»

DIÁRIO DA MANHÃ (14/12)

Lisssauer Vieira propõe fim da cobrança de taxa de religação de energia elétrica - FIO DIRETO

O deputado Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembléia Legislativa, apresentou projeto de lei que visa proibir a cobrança da taxa de religação pela prestadora de serviço de fornecimento de energia elétrica. Segundo ele, pelo fato de o serviço ser essencial para a população, a cobrança da referida taxa ou tarifa de religação "é uma afronta ao usuário dessa concessionária, que ao ver se trata de enriquecimento ilícito, vez que só a empresa pode fazer a religação". O deputado afirma que a propositura encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que traz em seu bojo a competência legislativa, em seu artigo 1, e nesse mesmo diapasão, aduz o artigo 20 da Constituição Estadual de Goiás. "Portanto, a presente propositura não está eivada pelo vício da constitucionalidade, assegurando assim ao parlamentar a competência", defende. Quanto à materialidade da propositura, Lissauer salienta que os serviços de fornecimento de energia elétrica são essenciais à população e o atual modelo de cobrança contraria os direitos básico garantidos em lei, previstos no Código de Defesa do Consumidor. O parlamentar cita o referido código em seu art. 22, em que prevê que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos". Ele ressalta que "uma vez pago o débito pelo consumidor, é obrigação da prestadora de serviço restabelecer, de imediato, sem que para isso, seja o consumidor obrigado a pagar qualquer taxa ou tarifa de religação".

Deputado propõe desconto de 3 0% para produtores de leite

^ O deputado federal Adriano do Baldy (PP) apresentou projeto de lei que concede desconto de 30% nas contas de energia que é cobrada de quem produz, armazena ou beneficia o leite in natura em todo o território brasileiro. O projeto contempla tanto os produtores rurais, quanto as cooperativas.

^ Na proposta, o deputado afirma que a produção, armazenagem e beneficiamento do leite exige cuidados especiais para garantir ao consumidor a elevada qualidade dos produtos, principalmente no que se refere às condições de resfriamento.

^ Mas, pondera Adriano, "o custo da energia elétrica requerida para manutenção das condições ideais tem um peso significativo nas planilhas de custos dos produtores rurais e de suas cooperativas, que já trabalham com margens extremamente apertadas".

Reembolso

O deputado Diego Sorgatto (PSDB) apresentou projeto que se aprovado, obrigará instituições de ensino superior a restituírem os alunos que desistirem do curso com o valor referente a 90% da taxa de matrícula paga. A proposta foi encaminhada à CCJ da Assembléia e tem relatoria do deputado Amilton Filho (Solidariedade).

Prazo estipulado

De acordo com o texto, a desistência deve ocorrer em até dez dias antes do início das aulas do respectivo semestre matriculado, através de pedido formal e a devolução da matrícula ocorrerá no prazo máximo de sete dias após o pedido de restituição.

Multa reajustada

O valor máximo para as multas aplicáveis pelo Tribunal de Contas do Estado foi fixado em R$ 72.718,01 para o exercício de 2020, passando a valer a partir da publicação da Resolução Normativa n° 12/2019, aprovada na sessão plenária da última quarta-feira e publicada no Diário Eletrônico de Contas de ontem. O relator foi o conselheiro Sebastião Tejota.

LINHA CRUZADA

Foi aprovado, em sessão ordinária, o projeto de autoria do vereador Emilson Pereira que toma obrigatório o rebaixamento de calçadas próximas aos pontos de ônibus de Goiânia, visando facilitar o embarque de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

10 Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) fez a doação de 220 cestas básicas à OVG, destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A audiência pública que vai discutir o projeto de reforma do Estatuto do Servidor, proposta pelo governo estadual, foi reagendada para terça-feira, dia 17, no auditório da Assembléia Legislativa.

PEC em audiência

Líder do Podemos, o deputado federal José Nelto propôs o nome de sete autoridades para realização de audiência pública na Comissão Especial da PEC da prisão em segunda instância na Câmara. O requerimento foi apresentado na última quarta-feira.

Debatedores

Serão convidados o ministro da Justiça, Sérgio Moro; o presidente e vice do STF, Dias Toffoli e Luiz Fux; o presidente do STJ, João Otávio Noronha, o Procurador-geral da República, Augusto Aras; o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz; e o ex-ministro Cezar Peluso.

Vaivém

Os jatinhos da Força Aérea Brasileira (FAB) fizeram 1.470 voos baldeando autoridades e mais de 15 mil caroneiros, entre janeiro e o último dia 5 de dezembro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é quem mais usa jatos da FAB por nossa conta: 229 viagens "a serviço" com direito a 2,1 mil caronas.

Microcefalia

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de Goiânia, presidida pela vereadora Dra. Cristina, recebe, neste sábado às 8 horas, no auditório da Casa, os fundadores da Associação de Microcefalia e outras Malformações por Zika Vírus em Goiás, para formalização da entidade.

Estrutura

O objetivo da associação, segundo a vereadora, é ajudar famílias que enfrentam a situação, informando-as sobre os direitos das crianças e conscientizando a sociedade sobre os riscos do mosquito Aedes Aegypti, além de cobrar ações do poder público para amenizar os danos causados às crianças e a suas famílias.

Irrelevante

O jornalista e escritor Leandro Narloch disse na revista na Crusoé: "O fato de Greta Thunberg ser a personalidade do ano da revista Time diz menos sobre ela e mais sobre o ano. Não é lisonjeiro para 2019 ter sido marcado por uma adolescente de discurso apocalíptico, radicalismo religioso e propostas equivocadas para a preservação do meio ambiente.

TCE e prefeitura de Goiânia discutem duplicação da Rua da Divisa

Os conselheiros Celmar Rech e Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, se encontraram ontem (11/dez) com o prefeito, Iris Rezende e o chefe de Gabinete de Goiânia, Dr. Paulo Ortegal, para discutir a duplicação da Rua da Divisa, no Setor Jaó. O conselheiro Edson Ferrari já havia feito solicitação semelhante em 2010. De acordo com os conselheiros, o prefeito se mostrou sensível à solicitação e a expectativa é de que o pedido seja atendido brevemente.